



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12564 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): implicações na prática docente
 Nelcyleide de Jesus Pedrozo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão
 Lélia Cristina Silveira de Moraes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): implicações na prática docente

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário educacional em que o Brasil se encontra, se torna necessário analisar a reforma educacional que tem sido a detentora dos holofotes na educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que a partir da sua homologação, em dezembro de 2017, tornou-se referência obrigatória na elaboração dos currículos da educação básica.

Entre 2015 até abril de 2017, o Ministério da Educação (MEC) apresentou três versões da BNCC, sendo que sua última versão foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no início do mês de abril de 2017. A BNCC para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental foi homologada em dezembro de 2017 e a do Ensino Médio em dezembro de 2018. A partir da homologação, tornou-se referência obrigatória na elaboração dos currículos da educação básica.

Em face do exposto, o presente texto é parte de uma pesquisa de mestrado “A Base Nacional Comum Curricular no contexto da rede municipal de ensino de São Luís-MA: implicações na prática docente”, que se encontra em desenvolvimento. A pesquisa tem como objetivo geral, analisar as implicações da Base Nacional Comum Curricular na construção de currículos escolares, bem como na prática dos professores que atuam na rede municipal de ensino de São Luís-MA.

O lócus da pesquisa será 2 (duas) escolas da rede municipal de ensino de São Luís-MA, sendo 1 (uma) escola da zona urbana e 1 (uma) escola da zona rural. Os sujeitos

participantes serão os professores dos anos finais (6º ao 9º ano), o número de participantes para essa pesquisa se configurará em universo de 9 (nove) professores da zona urbana e 9 (nove) professores da zona rural, totalizando 18 professores, levando em consideração que são obrigatórias 9 (nove) disciplinas das seguintes áreas: - Áreas de linguagens (Língua portuguesa, arte, educação física e língua inglesa); - Áreas de matemática (matemática); Área de Ciências da Natureza (ciências); Áreas de Ciências Humanas (geografia, história) e Área de Ensino Religioso (ensino religioso). Atualmente o município de São Luís possui um quantitativo de 1.502 professores que atuam nos anos finais (6º ao 9º ano).

Para a coleta de dados pretende-se realizar aplicação de questionário visando levantar o perfil dos sujeitos participantes do estudo e entrevistas semiestruturadas. Para a análise dos dados adotaremos as técnicas de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), no qual tem por definição “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 40). Essa técnica permitirá que os dados possam ser analisados a partir de uma leitura do real e “organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. (BARDIN, 1977, p. 121). Cada polo cronológico seguirá o que está proposto pela técnica de análise.

Por ser uma pesquisa em andamento este texto está dividido em dois momentos. No primeiro momento, para compreendermos o que é currículo e como ele está inserido no âmbito educacional, apresentaremos concepções sobre a perspectiva de alguns autores, dentre eles: Alice Casimiro e Elizabeth Macedo (2013); José Gimeno Sacristán (2013); Dermeval Saviani (2020); Tomaz Tadeu da Silva (2015). Ivor Goodson (2018), Michael W. Apple (2011). Ainda no primeiro momento discutiremos a relação do currículo com a educação e como ela se configurou em um cenário de disputas do setor privado.

No segundo momento, apresentaremos a Base Nacional Comum Curricular como política curricular que mobiliza o seu sentido para ser um documento norteador que orienta os currículos para a Educação Básica. Além disso, destacaremos neste texto as posições críticas da Associação Brasileira de Pós-Graduação (ANPED) e da Associação Brasileira de Currículo (ABdC), que como entidades de pesquisas almejam um currículo pensado democraticamente e coletivamente. Ao final, concluímos com o ideário de um currículo pensado e organizado coletivamente por aqueles que estão inseridos diretamente com o contexto escolar, com as vivências dos alunos e com a autonomia docente.

2 CURRÍCULO: percorrendo algumas concepções

Embora não seja fácil conceituar o que seja currículo, nos detemos aqui a apresentar alguns conceitos sob a ótica de autores que se debruçam sobre as teorias curriculares. Ao definir currículo, Apple (2011, p. 71) afirma que:

“O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, de que algum

modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo”.

Corroborando com essa concepção, Sacristán (2013, p.17), define o currículo como “uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade”. O currículo também nos remete a ideia de disciplinas escolares e o que compõe cada uma no processo de escolarização do indivíduo. A esse respeito, Goodson (2018, p. 49) define currículo como “um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, a ser apresentado”.

Partindo deste pressuposto Saviani (2020, p. 08) realiza a seguinte reflexão sobre o conceito de currículo:

[...] o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: educação das crianças e jovens.

Desse modo, pode-se perceber que o currículo é o planejamento da aprendizagem que tem por objetivo que os alunos incorporem os conhecimentos produzidos pela humanidade. No entanto, não basta planejar o saber sistematizado, é preciso que tenha também as condições de transmissão e para isso a escola precisa assumir o papel de mediadora desse conhecimento. Nas palavras de Silva (2015, p.15) “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo”. Assim, temos a compreensão de currículo como construção social e detentor de poder. Corroborando com essa ideia, as autoras Lopes e Macedo (2013, p. 22) afirmam que “a escola e o currículo são, portanto, importantes instrumentos de controle social”.

No processo de desenvolvimento histórico da sociedade, compreende-se que a educação sempre esteve presente na constituição do ser humano. No entanto, a educação passou a ser vista como uma mercadoria do setor privado e cada vez mais esse setor se torna presente decidindo como devem ser construídas, organizadas e implementadas as reformas educacionais no nosso país. A próxima sessão deste texto apresenta como foi organizada a política curricular expressa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como ela se configura permeada pelos interesses do setor empresarial privado.

2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): concepção e finalidades

Pautada em um período de reestruturação da política educacional brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta-se como um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica”. (BRASIL, p. 07, grifo do autor).

A partir do exposto acima compreende-se que a BNCC se coloca como o único caminho possível para resolver os problemas educacionais e garantir um padrão de qualidade. No entanto, sua pretensão se confronta com as desigualdades sociais existentes no nosso país. Por esse viés, a BNCC como política curricular está em consonância com o ideário neoliberal.

Atrelado a esse contexto existe a presença e a iniciativa de sujeitos individuais e coletivos ligados ao setor privado, as Fundações e Associações do terceiro setor, foram centrais na elaboração da BNCC, marcado pelo viés de que almejam promover uma educação brasileira de qualidade, trazendo o que seria as soluções educacionais. A exemplo, empresas como a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú Social, a Fundação CESGRANRIO, o Instituto UNIBANCO, o Instituto Natura, o Instituto Inspirare e o Instituto Ayrton Senna, empresas que fazem parte do “Movimento Todos pela Base”. É notório que todo esse interesse se associa principalmente às vantagens lucrativas que toda essa política de centralização curricular proporciona.

Diante desse cenário, da criação e implementação da BNCC, as principais associações de pesquisa brasileiras se apresentaram contrárias à BNCC. Destacamos aqui a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), na qual apresentaram na 37ª Reunião Nacional da ANPEd, realizada em Florianópolis no ano de 2015, o documento “Exposições de motivos sobre a BNCC”, conforme as referidas associações existe no documento da BNCC “uma descaracterização do estudante em sua condição de diferença, bem como da desumanização do trabalho docente em sua condição criativa e desconsideração da complexidade da vida na escola” (ANPEd, 2015, p. 2).

Desse modo, compreendemos que a BNCC se coloca como um documento que tem a pretensão de orientar os currículos para a Educação Básica, associando ainda aos conceitos de comum e nacional de modo a encaminhar as demandas da educação.

A questão é que essa padronização curricular estabelecida como política educacional, coloca o que já existe de distanciamento no que se refere às condições da oferta da educação no cenário de maior desigualdade. Sobre essa questão, o documento “Exposição de motivos: BNCC-EM”, elaborado pela ANPEd no ano de 2018, expõe de forma clara no tópico 9- O que não se diz sobre as experiências internacionais, que:

“Nos EUA, em 2017, os currículos nacionais já haviam sido abandonados como política educacional pelos seus resultados avassaladores em relação à qualidade, credibilidade e equanimidade do sistema. Desde 2009, os fracassos retumbantes do common core (currículos unificados nacionais) americano são comentados como parte da “mais calorosamente contestada legislação educacional do país”. (ANPEd, 2018, p. 18)

É notável que existe o que podemos chamar de um grande “abismo” entre as escolas públicas e privadas e por esse motivo, as escolas que já tem melhores condições de qualidade,

aquelas em que o quadro de professores está completo para todas as disciplinas, onde possuem uma infraestrutura adequada, tal política de um currículo único favorece somente essas escolas.

No Brasil, o que temos são espaços de desigualdade, onde o trabalho do professor é distinto devido a extensão territorial do nosso país, aliado ainda às desigualdades sociais. Portanto, se torna necessário repensar de que forma as políticas educacionais serão inseridas e de que maneira mudarão o cenário das desigualdades educacionais no nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que apresentamos neste texto, concluímos que a BNCC desconsidera e agrava as desigualdades educacionais existentes no nosso país, preconizando o controle e a homogeneização do currículo, gerando como consequência o empobrecimento escolar.

Neste sentido, tão importante quanto refletir sobre esse novo cenário de política curricular existente hoje no nosso país é o de compreender que “qualidade na educação” não se define em aferir notas quantitativas em avaliações padronizadas e que descaracterizam todo o processo educativo.

Assim, o que estamos presenciando é uma distorção de conceitos, em que a concepção de qualidade está intrinsecamente relacionada às avaliações e recaindo, sobre escolas e professores, metas que devem ser alcançadas em cada um dos níveis educacionais. Portanto, acreditamos que a prática docente deve estar associada ao respeito aos conhecimentos acumulados pela humanidade que sustentam a relação do indivíduo com a sociedade e com os processos de ensino-aprendizagem, pois é preciso garantir inicialmente a participação daqueles que se fazem presentes no chão da escola.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flavio; Tadeu, Tomaz (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd), **Ofício nº.01/2015/GR**. Disponível em: <http://www.anped.org/news/exposicao-de-motivos-sobre-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Exposição de motivos: BNCC-EM**, 2018. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/nota-anped-proposta-de-bncc-do-ensino-medio-alguns-pontos-para-o-debate>. Acesso em: 15 ago.2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Edições 70, 1977.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 ago.2022.

GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. 15^a edição atualizada e ampliada- Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José. **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.